

**POLÍTICAS PÚBLICAS EDUCACIONAIS NA GUINÉ-BISSAU: PENSANDO O
ACESSO E A PERMANÊNCIA COMO DIREITO À CIDADANIA**

Morida Djedju¹
Eduarda da Silva Bittencourt²
Juliana Sales Jacques³

RESUMO:

O presente trabalho visa discorrer acerca das políticas públicas de acesso e permanência na educação básica na Guiné-Bissau, sua historicidade e seus déficits. O País, desde sua independência, sofre com instabilidade política e, dessa forma, é afetado pela instabilidade escolar. O objetivo do trabalho é compreender as políticas de acesso e permanência do país e o direito à cidadania. Diante disso, o problema de pesquisa é: em que medida essas políticas educacionais ampliam e potencializam o acesso e a permanência à/na escola¹ como direito à cidadania? Na busca por viáveis-possíveis, discutiremos dados do DENARPII; documentos oficiais, “Carta da política do sector educativo”, Declaração Mundial Sobre Educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem como forma de sustentar, validar e ratificar a pesquisa. Como considerações finais, argumentamos que o prescrito do direito à educação para todos efetivamente move-se nos contextos práticos, à medida que se formulem políticas públicas educacionais coerentes com as diferentes realidades que perpassam as regiões guineenses. Assim, ao adentrarem no movimento de interpretação e recontextualização nos espaços escolares, poderão surtir efeitos de democratização e justiça social.

Palavras-chave: Educação 1. Democracia 2. Guiné-Bissau 3. Acesso e Permanência 4.

¹ Graduada em Letras Língua Portuguesa UNILAB e Mestranda em Educação pela UFSM. E-mail: muridadjedju@gmail.com

² Graduanda em Letras Língua Portuguesa URI e Mestranda em Educação pela UFSM. E-mail: eduarda.bittencourt@acad.ufsm.br

³ Doutora em Educação. Professora adjunta do Departamento de Administração Escolar e professora permanente do Programa de Pós-Graduação em Educação, do Centro de Educação da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). E-mail: juliana.jacques@ufsm.br

INTRODUÇÃO

Debruçar sobre as políticas públicas educacionais de acesso e permanência na educação básica guineense nos leva de certa forma a entender a grande urgência na criação e implementação das políticas educacionais voltadas ao acesso e permanência na educação pública guineense. A Guiné-Bissau, é um país situado na costa ocidental da África e faz fronteira com dois países francófonos, Norte pela República do Senegal e Sul pela República de Guiné-Conakry, tem uma população estimada de um milhão e meio e ficou independente da colônia portuguesa no ano de 1973.

Desde a independência até a data presente o país vem enfrentando problemas sérios de instabilidade política, isso acaba afetando de forma direta a educação guineense e a criação de políticas que dão a garantia desde o início dos estudos até final dos níveis de escolaridade. O presente artigo tem como objetivo compreender as políticas educacionais Guineense do acesso e permanência como direito à cidadania. E temos como problema em que medida as políticas educacionais guineenses potencializam o acesso e a permanência como direito à cidadania?

Justificativa

Como justificativa, abordamos a necessidade de ampliar o conhecimento acerca das políticas de acesso e permanência na Guiné-Bissau bem como o déficit dessas. Guiné-Bissau é um país que foi colonizado por Portugueses durante muitos anos e, somente há 50 anos, está emancipado. Nos perguntamos como um país tão jovem - e que há pouco era colônia - consegue organizar a sua educação para que os estudantes tenham acesso e permanência nas escolas. Desse modo, o presente trabalho visa ampliar a discussão sobre a necessidade de visibilizar a educação nesse país.

Na atualidade, quando se pensa no desenvolvimento social, econômico, cultural e educacional, as políticas públicas sempre andam de mãos dadas à procura de caminhos viáveis com efeitos práticos no bem-estar da população de modo geral. Nesse sentido, as políticas públicas são fundamentais para se tratar das decisões do governo. Quando se aborda especificamente o contexto guineense, exige-se debruçar-se, de certa forma, sobre as políticas públicas educacionais desenvolvidas ao longo do período da formação do estado guineense.

Como Ball (2011) afirma, as abordagens acerca das políticas surgem justamente como ferramentas importantes para pensar sobre os problemas constantes e que levam, de qualquer

modo, a pensar na formulação dessas políticas, procurando delinear todos os processos envolvidos na construção. Além disso, abrem caminhos para questionar esses processos e os sujeitos envolvidos, de maneira a pensar para quem são direcionadas as políticas e de que forma contribuem com a educação. A história do campo das políticas públicas educacionais na Guiné-Bissau está repleta de evidências e descontinuidades das ações dos governos, que de certa maneira contribuem para o desperdício dos recursos públicos. Conseqüentemente, isso afeta a sociedade com aumento da desigualdade, pois acaba por beneficiar certos grupos e excluir outros. E quando se fala do contexto guineense e, sobretudo, no ensino básica, o assunto se torna ainda mais preocupante.

PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Para o bom encaminhamento ou desenvolvimento deste trabalho, apropriamo-nos da abordagem qualitativa que vai permitir acessar informações que pretendemos alcançar, e seria o mais adequado tipo de pesquisa para o campo da nossa investigação. Para Neves (1996), a pesquisa qualitativa é entendida como técnicas ou formas de interpretar para a decodificação dos fenômenos sociais.

RESULTADOS E DISCUSSÕES

Iniciamos a nossa discussão com grande problemática, que é ter a oportunidade de estudar (acesso) e a política de garantia da qualidade da educação permanente (permanência). Pode parecer um pouco estranho em pleno século XXI, com o avanço do mundo e principalmente das tecnologias, ainda estarmos afirmando que o acesso à educação básica ainda se compõe como um problema sério na sociedade Guineense. Nesta seção iremos trazer justamente as discussões a volta da problemática posta.

Para Araújo (2011), o conceito do direito à educação pode ser entendido de simples forma: ter a oportunidade de acesso e a possibilidade de permanência na escola e com nível de qualidade parecido a todos/as. Nisso, é importante salientar que, com o avanço na criação das escolas públicas em diferentes regiões da Guiné-Bissau, não podem ser confundidas com a questão de permanência porque ainda nem todos conseguem acessar ou permanecer nessas escolas.

A grande pergunta que se faz é por que Guiné-Bissau, um país independente há 50 anos, ainda carece de acesso nas escolas de ensino básico? Levando em consideração a história da sociedade guineense que é marcada pelos momentos difíceis de muita luta e

conquista, percebe-se que a educação ainda está longe de ser um lugar para todos com direitos iguais.

a taxa líquida de escolarização ao nível primário em 2009/2010 foi de 67,4% ao nível nacional, contra 56,9% em 2003/2004. Isto significa uma progressão de 10,5 pontos percentuais em seis anos. Esta taxa atingiu 87,1% em Bissau, 83,5% no conjunto das zonas urbanas e 56,5% no meio rural. A diferença entre as raparigas e os rapazes continua relativamente limitada (65,4% para as raparigas e 69,3% para os rapazes) no ensino básico. No nível secundário, a taxa líquida de escolarização é de 23,5% ao nível nacional, sendo o das raparigas apenas 19,9%. (DENARP II, 2010, p. 92).

Para melhoria e orientação do sistema educativo guineense, havia uma necessidade da elaboração do Documento de Estratégia Nacional de Redução da Pobreza da Guiné-Bissau, a referida documento é elaborado por Fundo Monetário Internacional. No entanto, houve um avanço em termos de número de alunos matriculados no ano letivo 2009/2010 comparando com anos anteriores. Contudo, o problema de desigualdade de gênero ainda é gritante e sem esquecer a questão geográfica, pois os alunos de zonas rurais têm menos acesso aos estabelecimentos de ensino básico. Ressaltamos que ainda existem graves problemas de acesso à escola em termo comparativo de zonas rurais e urbanas na Guiné-Bissau, é importante frisar que a maioria dos estabelecimentos de ensino situa-se nos centros das cidades, isso também é fator que influencia no abandono escolar.

Em termos quantitativos, em cada grupo de 100 crianças que conseguem se matricular no primeiro ano da escolaridade, somente 40 conseguem atingir o sexto ano de escolaridade, que corresponde o sexto ano do ensino fundamental brasileiro (DENARPII, 2011).

Nisso, essas situações devem ser observadas pelo governo guineense com muita atenção, porque o problema é preocupante. Ainda, nos dados do DENARPII (2011), consta que, nas zonas rurais do país, as meninas têm menos probabilidade de estudar ou terminar o ensino básico do que os meninos. Além disso, a qualidade das infraestruturas dessas escolas não é nada desejável e a taxa de alfabetização continua sendo preocupante na camada da população adulta, Isso porque, até os anos 2010, só 42% da população adulta foi alfabetizada, tudo isso é consequência da não eficácia de uma política que atenta a minimizar o problema

do analfabetismo na sociedade guineense. Com base nesses problemas apresentados, no ano 2006 o governo guineense elaborou o documento oficial intitulado: “Carta da política do sector educativo”, este documento tem por objetivo corrigir a disfunção constante no sector educativo por 11 anos, de 2009-2020.

Nessa perspectiva, para execução desse programa de forma eficaz, o governo guineense necessita de um engajamento político e de estabilidade institucional. A implementação permitirá entre outros aspectos: a) elevar a taxa de inscrição ao nível pré-escolar para 11% em 2020, contra os 5% em 2006, b) assegurar a escolarização primária completa a todas as crianças, c) alargar o acesso ao ensino básico (7^a-9^a classe), com vista a proporcionar a maioria dos jovens, os 9 anos de escolaridade, d) melhorar o ensino superior e promover a pesquisa científica e, e) melhorar a qualidade de educação em todos os níveis. Em força disso o DENARPII (2011) adentrou na dinâmica de execução da política de desenvolvimento do setor da educação com seguintes ações:

Ao nível pré-escolar: i) desenvolvimento dos modelos comunitários e de madrassas;
ii) promoção de centros privados para elevar a capacidade de acolhimento a 10% por ano; iii) melhoria da oferta pública, nomeadamente pela racionalização dos meios alocados aos jardins-de-infância;

Ao nível do ensino básico: O objetivo fixado é fazer 100% de crianças de uma faixa etária, matriculadas na 1^a classe num dado ano, beneficiarem de uma escolaridade completa de 6 anos, em 2020. Durante a implementação do DENARP II, os objetivos visarão: 68,8% em 2011 e 81,6% em 2015. (DENARPII, 2011 p.93)

Em detrimento dos pontos colocados como metas do DENARPII (2011), para o desenvolvimento do setor educativo guineense, percebe-se que os objetivos não se distanciam muito dos objetivos propostos pela Carta da Política do Sector Educativo, ambos apresentaram uma preocupação séria com o sistema educativo guineense e elencam possíveis metas para solucionar os problemas constantes que o setor vem enfrentando ao longo dos anos, com finalidade de melhoria de funcionamento e qualidade da educação guineense.

No ano 2000, foi realizado o Fórum Mundial sobre a Educação no Dakar, capital do Senegal, o fórum representava um marco na luta pela universalização da educação básica. Seu

objetivo previa “educar todos os cidadãos de todas as sociedades”, com base nisso é necessário pensar fortemente nas políticas de conscientização e dar ênfase a importância da educação formal no melhoramento social. Para tanto, as discussões feitas a partir do fórum serviram como um compromisso assumido pelos países que associam a Unesco, era a oportunidade perfeita de repensar as políticas educativas guineense. Todavia, infelizmente, mais uma vez a Guiné-Bissau fracassou, porque o governo não conseguiu cumprir com as metas estabelecidas nos compromissos coletivos.

O artigo 3 do documento intitulado Declaração Mundial Sobre Educação para todos: satisfação das necessidades básicas de aprendizagem (1990), aponta quatro pontos importantes que podem ajudar na universalização e no acesso à educação de forma qualitativa:

- 1. A educação básica deve ser proporcionada a todas as crianças, jovens e adultos.** Para tanto, é necessário universalizá-la e melhorar sua qualidade, bem como tomar medidas efetivas para reduzir as desigualdades.
2. Para que a educação básica se torne equitativa, é mister oferecer a todas as crianças, jovens e adultos, a oportunidade de alcançar e manter um padrão mínimo de qualidade da aprendizagem.
3. A prioridade mais urgente é melhorar a qualidade e garantir o acesso à educação para meninas e mulheres, e superar todos os obstáculos que impedem sua participação ativa no processo educativo. Os preconceitos e estereótipos de qualquer natureza devem ser eliminados da educação.
4. Um compromisso efetivo para superar as disparidades educacionais deve ser assumido. Os grupos excluídos - os pobres: os meninos e meninas de rua ou trabalhadores; as populações das periferias urbanas e zonas rurais os nômades e os trabalhadores migrantes; os povos indígenas; as minorias étnicas, raciais e lingüísticas: os refugiados; os deslocados pela guerra; e os povos submetidos a um regime de ocupação - não devem sofrer qualquer tipo de discriminação no acesso às oportunidades educacionais.
5. As necessidades básicas de aprendizagem das pessoas portadoras de deficiências requerem atenção especial. É preciso tomar medidas que garantam a igualdade de acesso à educação aos portadores de todo e qualquer tipo de deficiência, como parte integrante do sistema educativo. (DECLARAÇÃO MUNDIAL DA EDUCAÇÃO PARA TODOS, 1990, p. 4)

De acordo com os pontos propostos acima, é interessante refletir sobre a equidade quando se pensa na questão do acesso e a permanência na educação. A equidade na educação refere-se ao princípio de garantir que todos os alunos tenham oportunidades iguais de alcançar o sucesso acadêmico, independentemente de suas características individuais, como raça, gênero, origem étnica, orientação sexual, origem socioeconômica, habilidades ou deficiências. É um conceito fundamental em sistemas educacionais que visa a eliminar disparidades e desigualdades no acesso à educação e nos resultados educacionais.

Guiné-Bissau já passou por muitos apoios e ideias revolucionárias sobre políticas e planos na educação, mas não resultaram em quase nada, devido às instabilidades políticas e sucessivas trocas do governo, que de qualquer forma impactam de forma negativa no avanço e na execução dos planos propostos através de documentos oficiais. Então, são necessário programas de incentivos, valorização dos profissionais da educação e pautar numa política pública de Estado e setorial de longo prazo.

Com isso, cada escola pode ter suas próprias estruturas básicas desde a administração da escola até a sala de aula. Siga (2020) afirma que houve um grande progresso no sector educativo guineense, todavia foi muito lento e com muitos momentos de instabilidade. Isso desestabilizou o sector educativo e principalmente as políticas públicas educacionais de acesso e permanência.

Considerações finais

No decorrer do trabalho, nota-se que a necessidade de implementação de políticas públicas voltadas ao acesso e à permanência na educação guineense é urgente. A instabilidade política afeta a educação, bem como o acesso e a permanência dos alunos na escola, pois a história, quando envolve as políticas públicas educacionais, na Guiné-Bissau, está composta por descontinuidades dos governos, como evidencia-se nos documentos citados anteriormente. Como já citado acima, o conceito de direito a educação é uma oportunidade de acesso e permanência, para todas as pessoas e com o nível de qualidade equiparado, na escola (Araújo, 2011). Todavia, os guineenses não têm esse direito de estar nas escolas, não porque não há escolas e sim porque nem todos conseguem acessar e permanecer nelas.

A desigualdade de gênero é imensa assim como as questões geográficas, pois a maioria das escolas são situadas no centro das cidades e maioria dos moradores estão situados nas zonas rurais. Para além, a taxa de analfabetismo na Guiné-Bissau é alta; as escolas não tem

infraestrutura necessária para abrigar os alunos.

Para que seja possível a equidade nas escolas, quando o assunto é o acesso e permanência na instituição, é necessário que todos os alunos tenham as mesmas oportunidades independente de suas diferenças étnico raciais; sociais, de gênero, econômicas, orientação sexual, deficiências.

A partir das problemáticas que o setor educativo guineense vem apresentando no decorrer do tempo, entende-se que a disparidade na educação ainda é um problema maior que deve ser solucionado na sociedade. Do mesmo modo, pensa-se o ensino básico como o compromisso político que deve ser assumido com muita responsabilidade pelo governo. Portanto, argumentamos que o prescrito do direito à educação para todos efetivamente move-se nos contextos práticos, à medida que se formulem políticas públicas educacionais coerentes com as diferentes realidades que perpassam as regiões guineenses. Assim, ao adentrarem no movimento de interpretação e recontextualização nos espaços escolares, poderão surtir efeitos de democratização e justiça social.

Referências

ARAUJO, Gilda Cardoso. **Estado, Política educacional e direito a educação no Brasil “o problema maior é o de estudar”** educar em revista Curitiba, Brasil, 2011. editora UFPR.

BALL. Stephen. **políticas educacionais: questões e dilemas**, 2011.

Carta política de sector educativa. Ministério de educação Nacional. Guiné-Bissau 2016

Constituição da república da Guiné-Bissau. Disponível em <https://www.stj.pt/wpcontent/uploads/2018/01/guine_constituicao.pdf >. Acessado em: 8 mai. 2022.

DECLARAÇÃO Mundial sobre a Educação para todos: Satisfação das necessidades básicas de aprendizagem, Jomtien, 1990.

DECLARAÇÃO Universal dos Direitos Humanos. Disponível em: <https://www.oas.org/dil/port/1948%20Declara%C3%A7%C3%A3o%20Universal%20dos%20Direitos%20Humanos.pdf> Acessados no dia 16/09/2023.

Fundo monetário Internacional 2011.

NEVES, José Luís. **Pesquisa qualitativa características, usos e possibilidades**, São Paulo 1996.

SIGA, Fernando. Educação Básica Formal na Guiné-Bissau, Acesso, Permanência, Desafios e Perspectivas: Uma Análise de Políticas Educacionais Guineense de 1995 A 2015. Porto Alegre, 2020.